

# Revolução, Independência e Abolição: o caso haitiano (1791-1804)

Revolución, Independencia y Abolición: el caso haitiano (1791-1804)

Revolution, Independence and Abolition: the Haitian case (1791-1804)

Felipe Riccio Schiefler<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8471-2931>

**Resumo:** O artigo tem como objetivo apresentar a Revolução Haitiana (1791-1804) a partir de uma tripla interseção: seu papel no quadro das grandes revoluções que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificaram as bases da cidadania; o impacto do movimento para as Independências americanas e para o abolicionismo; e, por último, suas relações com o Brasil escravista que, a despeito do itinerário distinto da Independência e do processo de abolição, sofreu fortes impactos advindas do movimento haitiano.

**Palavras-chave:** Independência; Revolução; Abolição.

**Resumen:** El artículo pretende presentar la Revolución haitiana (1791-1804) desde una triple intersección: su papel en el marco de las grandes revoluciones que, a lo largo de los siglos XVII y XVIII, cambiaron las bases de la ciudadanía; el impacto del movimiento por la independencia y el abolicionismo estadounidenses; y, finalmente, sus relaciones con el Brasil esclavista que, a pesar del distinto itinerario de la Independencia y el proceso abolicionista, sufrió fuertes impactos del movimiento haitiano.

**Palabras clave:** Independencia; Revolución; Abolición.

**Abstract:** The article aims to present the Haitian Revolution (1791-1804) from a triple intersection: its role within the framework of the great revolutions that, throughout the 17th and 18th centuries, changed the bases of citizenship; the impact of the movement for American Independence and abolitionism; and, finally, its relations with slave-owning Brazil which, despite the distinct itinerary of Independence and the abolition process, suffered strong impacts from the Haitian movement.

**Keywords:** Independance; Revolution; Abolition.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar a Revolução Haitiana (1791-1804) a partir de uma tripla interseção: seu papel no quadro das grandes revoluções que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificaram as bases da cidadania; o impacto do movimento para as

---

1 Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil(2017). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil.  
E-mail: [felipeschiefler@gmail.com](mailto:felipeschiefler@gmail.com).

Independências americanas e para o abolicionismo; e, por último, suas relações com o Brasil escravista que, a despeito do itinerário distinto da Independência e do processo de abolição, sofreu fortes impactos advindas do movimento haitiano.

Apesar de ter crescido nos últimos anos, a produção historiográfica sobre o Revolução do Haiti ainda está longe da atenção dada a outros processos revolucionários e independentistas (MOREL, 2017; SCWARCZ, 2019; GOMES, 2019). Nos livros didáticos, tanto o processo de colonização do Caribe quanto a Revolução do Haiti, quando aparecem, são tratados em, no máximo, duas páginas. Ademais, muitas vezes o movimento revolucionário haitiano é apresentado, sem maiores aprofundamentos, como simples resultado das ideias iluministas e da revolução na metrópole francesa (BITTENCOURT, 2005; FERREIRA, 2019).

Liderada por pessoas escravizadas e capaz de liquidar, em uma só tacada, o domínio colonial e a escravidão, chama a atenção que a Revolução Haitiana seja tão pouco estudada. Sua história não foi abordada nem mesmo na obra de Eric Hobsbawn, “A era das revoluções”, a despeito de se dar quase que concomitantemente à Revolução Francesa. No campo historiográfico das Independências americanas, os holofotes também não se voltam para ela, mesmo que tenha sido a segunda Independência do continente.

Segundo o antropólogo haitiano Michel Trouillot, esse silenciamento acerca da Revolução Haitiana na história Ocidental está diretamente ligado à incapacidade da Europa branca em pensar algo que lhes parecia, ontologicamente, inconcebível: que pessoas negras e escravizadas pudessem ser atores centrais dos processos históricos, de organizar revoltas, instituir governo e pautar lutas pela liberdade. A Revolução Haitiana “contradiz muito do que o Ocidente conta de si mesmo, para si e para os outros” (TROUILLOT, 2016, p. 173).

Perde-se de vista, com isso, o papel da Revolução Haitiana para a conformação da própria cidadania e do pensamento político moderna. Ao colocar revolução, independência e abolição como parte de um mesmo processo, algo inédito no contexto independentista americano, a experiência haitiana trouxe práticas e ideias que aprofundaram os debates acerca da liberdade e da igualdade. A começar que, a maior parte das narrativas históricas do Ocidente, à época, não via contradição em defender a liberdade e, ao mesmo tempo, ter no tráfico de escravos uma de suas bases materiais.

Como se sabe, grande parte dos autores das Luzes<sup>2</sup> preferia se referir à escravidão como uma metáfora de relações de poder assimétricas, injustas, mas não iam direto ao âm-

---

2 Luzes ou Ilustração são um dos temas mais debatidos nas ciências humanas e na historiografia. Embora não haja consenso – nem mesmo temporal ou espacial – acerca do tema, consideramos, em consonância com ampla gama de autores, o pensamento das Luzes a partir de um caráter mais geral e a partir de marcos temporais mais alargados, sem deixar de remarcar sua incidência no continente americano, inclusive nas partes ibero-americanas. No artigo, a ideia é observar duas principais questões: o parco debate, pelos pensadores das luzes, acerca do tráfico de escravos e dos processos de escravização que lastreavam parte significativa da econômica coeva; e a circulação e a apropriação criativa do pensamento ilustrado por agentes diretamente ligados à Revolução. Para um excelente debate sobre o tema das Luzes, ver VILLALTA, Luiz Carlos.

go da questão, isto é, ao tráfico de escravos e à escravidão que percorria todo o Novo Mundo, deixando-os, portanto, como temática marginal, malgrado escrevessem justamente no contexto de expansão da mercantilização da escravidão. Não por acaso, eram os lucros advindos dela os responsáveis por lastrear parte significativa do sistema capitalista (Buck-Morss, p. 32-36).

Deve-se levar em conta, todavia, que, no quadro multifacetado das Luzes, houve, também, quem dirigisse duras críticas à dominação colonial e à escravidão nas Américas. Dentre estes, cabe lembrar o abade Raynal, autor de um dos sucessos editoriais da época, “*Histoire Philosophique des deux Indes*”, obra que foi acusada de ter dado força às revoluções francesa e haitiana.

Na obra, o autor chega a sugerir que, caso nada fosse feito para modificar o quadro colonial, seria plausível o surgimento de um novo Spartacus, moderno e disposto à libertação da América. O amplo alcance de divulgação das ideias de Raynal pode ser comprovado pelo fato de serem conhecidas em diferentes partes das colônias americanas. Na colônia de São Domingos, ao ter contato com ela, uma das principais lideranças revolucionárias, Toussaint Louverture, não se esquivou à tarefa, e se colocou como o próprio Spartacus moderno, num movimento criativo de adaptação das noções propaladas pelo livro.

A relação entre os processos revolucionários na França e no Haiti merece destaque. Não por um caminho mecanicista e eurocêntrico, que não se cansa de colocar esta como causa-efeito daquela. Basta, quanto a isso, destacar o baixíssimo número de revolucionários franceses que apoiavam, de maneira conjunta, a abolição da escravidão e a Independência nas colônias (JAMES, 2010; CESAIRE, 2021). Por outro lado, é preciso salientar que as revoltas escravas e a formação de quilombos, por toda América, ganhavam força quando a elite colonial e metropolitana estava em litígio (GOMES, 2019). Os revolucionários haitianos, assim, intensificaram as ações com a eclosão da revolução na metrópole, mas a colônia já era, há tempos, palco de muitas agitações e tensões sociais.

Ademais, os silenciamentos também tiveram vez na própria historiografia haitiana, que buscou encobrir os episódios fratricidas existentes no interior da revolução, quando grupos rebeldes protagonizaram uma verdadeira guerra à parte. Algumas dessas personagens acabaram tendo suas memórias apagadas, como é o caso do pouco falado Jean-Baptiste Sans Souci.

Liderança militar de relevo, nunca admitiu a subordinação aos franceses, mesmo quando a maior parte dos nomes mais lembrados da revolução assim o fizeram. Suas tropas resistiram. Quando a revolução muda seu curso nas relações externas, e novamente a luta contra a metrópole é retomada, Sans Souci não aceita as patentes militares conferidas por

---

Usos do livro no mundo luso-brasileiro. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 79-123.

Jacques Dessalines e Henri Christophe. O silenciamento da dissidência, segundo o antropólogo haitiano Michel Trouillot, foi o preço a ser pago por um movimento de tamanha radicalidade. Contrastando, portanto, com a Independência dos Estados Unidos, onde a revolução não desembocou no questionamento da escravidão como base do sistema econômico (TROUILLOT, 2016).

## 2 BREVE HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO

Com a chegada de Cristovão Colombo à América, em 1492, o futuro Haiti foi nomeado pelo navegador genovês com o nome de Hispaniola. Territorialmente, a ilha, como um todo, tem um tamanho próximo ao estado brasileiro de Alagoas, sendo que o atual Haiti fica com a terça parte disso. Ao desembarcar, Colombo se deparou com uma população de quase trezentos mil índios taínos, que foi majoritariamente exterminada em menos de trinta anos (MOREL, 2017).

O contato do mundo europeu com os povos originários da região foi marcado por violências desde os seus primórdios. Seja pela implementação do cristianismo, seja pelo trabalho compulsório nas minas, que eram conjugadas com outros tipos de opressões. A dizimação em massa dos povos originários fez com que, já nos idos de 1517, fosse autorizada a ida de quinze mil escravizados, oriundos do continente africano, para a região (JAMES, 2010).

Quando a França deu o ponta pé inicial para a colonização da ilha, por volta da metade do século XVII, espanhóis e ingleses tinham largado na frente e dado início à empreitada colonizadora. Os dois países tinham, à época, o domínio de parte significativa do território. A metrópole francesa se alicerçou no cultivo de cana-de-açúcar e de café – sendo a primeira experiência cafeeira na América. Implementou-se um rígido sistema de *plantation*<sup>3</sup>, ainda que certa parte da produção fosse destinada à subsistência. No século seguinte, no auge do século das luzes, a ilha se tornava a colônia francesa mais importante, sendo chamada de “Pérola das Antilhas” (MOREL, 2017, p. 83-84).

Esse aprofundamento da colonização, em grande medida liderado pela produção açucareira, modificou a estrutura das colônias na América, a começar pela alta vertiginosa da importação de escravizados oriundos do continente africano. Não por acaso, foi nesse contexto que o protagonismo português, derivado em parte do seu pioneirismo no tráfico de escravos, foi colocado em xeque por causa da colonização do Caribe pela França, Ingla-

---

3 O termo “*plantation*” foi, inicialmente, utilizado para designar os domínios ingleses no ultramar, mas acabou se generalizando para outras experiências coloniais. Ele se caracteriza pela grande propriedade rural, pelo cultivo desleixado da terra, de técnicas rudimentares e pela pouca produtividade (SCHWARCZ, 2019b, p. 42)

terra e Holanda, trazendo impactos deletérios para a região e para o continente africano (FERREIRA, 2019, p.53).

Do ponto de vista do sistema colonial francês, estamos diante das plantations com maiores diversificações, mais avançadas tecnicamente e com as maiores fortificações no Novo Mundo. Ele foi amparado pelo incentivo metropolitano ao tráfico de escravos e pela isenção de impostos sobre a reexportação colonial. Os impactos podem ser, em alguma medida, vislumbrados a partir dos dados relativos à importação de escravizados e a produção de cana-de-açúcar. Levando-se em conta todas as Antilhas francesas, a população escravizada saltou, entre 1770 e 1790, de 379000 para 650000 (BLACKBURN, 2002, p. 181). Focando somente em São Domingos, vemos a produção indo, entre 1767 e 1789, de 63 mil toneladas para a transformação da “Pérola das Antilhas” na maior produtora de açúcar e café francesa, correspondendo, sozinha, a 40% do que circulava em todo o mundo (SCHWARCZ, 2019a, p. 223).

Esse processo de progressiva africanização da população escravizada foi apontado, para o Brasil e para o Caribe, como um dos fatores que impulsionou as revoltas, uma vez que grande parte do tráfico era feito com regiões da África Ocidental que passavam por sucessivas jihad (guerra santa), muitas vezes endereçadas a outros povos islamizados, o que gerou um grande número de cativos oriundos desses conflitos (REIS, 2012; LOVEJOY, 2017; BARCIA, 2014).

Uma colônia escravista desse porte era forjada na violência. Os castigos mais severos e as práticas mais terríveis de torturas eram direcionadas aos escravizados. C.R.L. James (2010) examina em pormenores as atrocidades cometidas: dentre os diferentes usos do chicote, sessões de chibatadas eram interrompidas para que braseiros de madeira fossem esfregados no traseiro dos cativos, levando, muitas vezes, à morte; vários tipos de mutilações; senhores que eram tidos como menos cruéis, não se eximiam de exaurir a escravaria em trabalhos pesados, com pouca alimentação e, se preciso fosse, umas chibatadas. Comum também eram as separações familiares: esposas de maridos, pais de filhos, rompendo os vínculos afetivos sempre que possível.

A reação dos escravizados, por sua vez, não deixava barato. Eram comuns os envenenamentos, as rebeliões escravas e a formação de quilombos. Algumas foram bem conhecidas e documentadas, como a rebelião liderada por Mackandal, em 1745, quando foram envenenados diversos colonos, e também os cativos que se mantiveram fiéis aos colonizadores. Ao ser descoberta, foi seguida por uma “marronage” (nome dado ao processo de formação de mucambos) de grandes proporções, com muitos dos implicados, juntamente a outros, fugindo para regiões montanhosas de difícil acesso. Um acinte para as autoridades

coloniais, que conseguiram prender o principal líder – um sacerdote vodu – três anos depois. Após ser preso, foi queimado vivo em praça pública (MOREL, 2017).

Na década de 1780 outras rebeliões, duramente reprimidas, tiveram vida curta. Na cartilha das repressões coloniais estavam, como vimos, execuções sumárias, violentos castigos e súplicas públicas, lembrando os espetáculos macabros narrados por Michel Foucault (FOUCAULT, 2014). Longe de evita-las, essas práticas davam maior vazão para o cotidiano de violência e atrocidades na Pérola das Antilhas.

Era desse cenário macabro que a metrópole arrecadava largos fundos. Blackburn (2002) chega a sugerir que a situação das colônias escravistas contribuiu para erodir as bases do Antigo Regime francês. As colônias, em especial São Domingos, eram palco de muitos conflitos de interesses, acirrados pelas mudanças nas regras coloniais. Em primeiro lugar, cabe destacar a antiga prática do sistema “exclusif”. Ela destinava até 50% do valor dos produtos coloniais aos lucros metropolitanos e tinha sido extinta. Tal fato gerou protesto dos centros marítimos e chegou a constar nos “Cahiers” elaborados para os Estados Gerais em plena Revolução Francesa. Em seguida, vale lembrar do Tratado Comercial Anglo-Francês (1786-1787), que favoreceu o avanço britânico sobre o comércio colonial francês, aumentando a insatisfação das elites coloniais com a monarquia francesa nos anos anteriores à Revolução Francesa.

### **3 A REVOLUÇÃO**

Como mostrado anteriormente, o quadro de tensões na ilha ganhava corpo ao longo do século XVIII. Na esteira dessas revoltas, em 1790, Vicent Ogé, um mestiço livre e abastado, liderou um movimento em defesa da ampliação do direito ao voto. O líder estava articulado com os movimentos do seu tempo. Voltara há pouco de Paris, onde defendera, sem sucesso, a extensão do sufrágio em São Domingos, incluindo os libertos. Em São Domingos, no entanto, a defesa da pauta teve reações bem maiores, recaindo sobre ele punições típicas do mundo colonial, e Ogé foi exposto a um suplício realizado em praça pública. Na ocasião, ele foi amarrado e colocado em uma ferramenta de tortura em formato de X, na qual os torturados tinham seus membros quebrados. Em seguida os membros eram postos em uma roda em andamento, que dilacerava os corpos das pessoas condenadas. Esse foi o fim de Vicent Ogé (MOREL, 2017).

No ano seguinte, no mês de agosto, estourou, nas províncias do Norte da ilha, uma insurreição que propunha uma vingança contra os brancos. Na ação, ocorreram pilhagens, estupros, torturas e assassinatos. O saldo desses ataques resultou em mil brancos executados e em cento e oitenta engenhos queimados. Ademais, houve, nesse caso, um ingrediente novo: pela primeira vez os mestiços libertos buscaram articulações com a população negra –

livre e escravizada. As demandas dos mestiços voltavam-se para a equiparação da condição dos colonos (Morel, 2017). Segundo Aimé Cesaire (2014), a essa altura as massas negras do mundo colonial americano tinham compreendido bem que nada podiam esperar de Paris. As Assembleias tinham falado muito e feito pouquíssimo. A Constituinte se mostrou indiferente. Somente um deputado de Vermandois, em um anexo da sessão de 11 de maio de 1791, tocava no tema da abolição da escravidão.

Conforme C.L.R James (2017), na metrópole, os delegados coloniais chegaram à Assembleia em 30 de novembro de 1791. Na exposição feita, defenderam a escravidão como uma forma de vida feliz, tanto para o mundo antigo como para o mundo moderno. Ademais, associavam-na à civilização, numa chave retórica que deitaria raízes profundas no mundo escravista americano:

Vivemos em paz, cavalheiros, entre nossos escravos (...) Deixemos que um homem inteligente e culto compare o deplorável estado em que esses homens viviam na África com a vida fácil e agradável que desfrutam nas colônias (...) Resguardados de todas as necessidades da vida, rodeados por facilidades desconhecidas na maioria dos países da Europa (apud: JAMES, 2017, p.113).

Nesse contexto, no dia 22 de agosto de 1791, para muitos, a Revolução teve seu início. Numa cerimônia que, a despeito de estar envolta em aspectos míticos, aconteceu no bosque de Caïman, no interior de uma floresta. À luz de fogueiras, cativos celebravam e acertavam os pontos dos acontecimentos vindouros. Em um certo momento, tomou a cena Bouckman, um cativo vindo da Jamaica, sacerdote vodu e quilombola, declamando um poema, no qual fazia uma convocação que combinava simbolismos com chamados à ação para uma vasta sublevação. Protagonizada pelos escravizados, o vodu teve uma importância central para o desenrolar dos eventos. No bojo de uma sociedade colonial escravista, o espaço político deixado à população negra era nulo, e a religião foi elemento central de um associativismo com grande capacidade de mobilização. No Brasil, da mesma maneira, as revoltas escravas que pipocaram, sobretudo nas primeiras décadas na Bahia, tiveram os candomblés como base (PARÉS, 2017).

No bosque Caïman, além disso, participaram dessa reunião figuras que se tornaram lideranças expressivas durante a revolução, como Georges Biassou. Segundo C.L.R. James, Bouckman, antes de dar início aos ritos de encantamento do vodu e de beber sangue de um porco imolado, recitou uma oração em créole que pode ser assim traduzida:

“(...) o deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus, que é bom para conosco, ordena-nos que nos vingemos das afrontas sofridas por nós. Ele dirigirá nossos braços e nos ajudará. Deitai fora o símbolo do deus dos brancos, que tantas vezes nos fez chorar, e escutai a voz da liberdade, que fala para os corações de todos nós” (apud: JAMES, 2017, p. 93).

Começaram a agir naquela noite mesmo. Nos dias seguintes, incendiaram plantações na conhecida Planície Norte, com alcance nunca antes visto. Os ataques não pouparam vidas e requintes de crueldade, como se estivessem pagando na mesma moeda a opressão colonial que perpassa suas existências. Outros negros livres e também mestiços passaram a integrar uma luta que tinha um inimigo em comum. Foi no interior desses processos que apareceu uma figura central para a revolução, Toussaint Bredá, que tinha, à época, 45 anos. Para C.L.R. James, Toussaint Louverture foi, desde os primórdios, uma liderança revolucionária. Ele conjugava inúmeras características que o tornavam uma pessoa singular, que o permitiram, antes da revolução, ocupar cargos administrativos que eram geralmente preenchidos por pessoas de educação e classe diferentes da dele.

Assim como outros libertos, conseguira angariar alguns bens materiais. Dentre eles, um pedaço de terra que era cultivada por escravizados. Considerado taciturno, recusou o concubinato. Teve acesso a algumas leituras, o que lhe dava certo prestígio entre muitos escravizados. Essa ascendência de Toussaint contribuiu para que, anos mais tarde, assumisse o papel de líder na revolução. Ele ingressou no bando Biassou, outra liderança revolucionário importante.

No contexto das guerras contra as potências europeias, Toussaint-Louverture se apoiou na adesão republicana como forma de tentar trazer ao seu lado grupos de quilombolas que supostamente estariam cerrando fileiras inglesas:

(...) não posso acreditar nos dolorosos rumores, que estão sendo espalhados, de que tu abandonaste teu país para te aliares aos ingleses, inimigos jurados da liberdade e da igualdade (...) Na minha opinião, acredito que a nossa única esperança seja servir à República francesa. É sob sua bandeira que somos verdadeiramente livres e iguais (...) Une-te aos honrados republicanos, e juntos botemos esses realistas para fora de nosso país. Eles são patifes que querem nos colocar de novo sob o jugo daquelas vergonhosas correntes que tanto nos custou para quebrar" (apud: JAMES, 2017, p. 146-147).

Ainda que mirasse, no contexto, para a possibilidade de integrar a República Francesa, não deixa de chamar atenção o fato de associar o republicanismo à abolição, num contexto no qual o florescimento dessa tradição de pensamento era marcado pela escravidão (ALMEIDA, 2019). Como foi preso, enviado para a França, onde acabou morrendo, não se pode saber se, com Toussaint à frente, a Independência se daria com a formação de uma república. A Independência viria somente em 1 de janeiro de 1804, quando Jean Jacques Dessalines se proclamou imperador do Haiti, assumindo o título de Jacques I. O processo coincidiu com a eliminação dos brancos restantes, dentre os quais cerca de três mil franceses. Em 1805 é outorgada a primeira Constituição. No ano seguinte, a primeira fratura da aliança que sustentou a Independência. Petión proclama uma república na parte sul da ilha e se torna presidente. Dessalines, por sua vez, é assassinado. Uma nova Assembleia Consti-

tuinte é formada, proclamando uma nova Constituição e instaurando uma república, a segunda em solo americano.

As dificuldades posteriores à Independência muitas vezes são utilizadas como uma forma de minimizar a importância da Revolução. Não custa nada lembrar, no entanto, que mesmo no centro do capitalismo coevo, na metrópole francesa, o curso revolucionário desembocou em modelos políticos não previstos por grande parte dos revolucionários, com a ascensão de Napoleão e, posteriormente, com a restauração monárquica. No caso do Haiti, permanências de instituições enraizadas na colônia e os embargos e ataques na política externa são pontos a serem pensados. Nada disso, nem no evento revolucionário francês e tampouco no haitiano, é capaz de tirar a centralidade desses movimentos para a consolidação da cidadania moderna.

#### **4 HAITI, O BRASIL E O SÉCULO DO ABOLICIONISMO**

Como nos lembra Robin Blackburn (2002), o impacto da revolução antilhana repercutiu em várias partes do globo, encorajando alguns e aterrorizando outros. O evento assumiu diferentes significados e interpretações de acordo com o contexto de recepção e com os atores envolvidos. Para algumas partes do mundo colonial escravista americano, é preciso, em primeiro lugar, ressaltar o impacto que a Revolução Haitiana teve para o recrudescimento do escravismo. Com a derrocada da mais exitosa colônia francesa, houve, no período, um aumento significativo no preço internacional do açúcar, beneficiando, além do Brasil, o sul dos Estados Unidos e Cuba, que incrementaram ainda mais suas relações escravistas. Nessas regiões, o tráfico e a abolição foram postergados. No caso da Grã-Bretanha, por sua vez, a abolição no Haiti foi fundamental para pressionar a abolição do tráfico de escravos em suas colônias, que se deu em 1807 (MOREL, 2017).

Para o leitor (a) brasileiro cabe pensar que, do ponto de vista americano, os processos de abolição foram abertos pela Revolução Haitiana e se fecharam justamente com a retardatária abolição da escravidão no Brasil, nos idos de maio de 1888. Como observou Marco Morel (2017), de um lado, um processo que conjugou a independência – a segunda do continente, atrás somente dos Estados Unidos – e abolição através de uma revolução. De outro, temos um hiato de quase sessenta e seis anos entre a Independência (1822) e a Abolição (1888), num processo que, a despeito das lutas políticas, não descambou numa revolução, com a elite política adiando e tornando gradual o processo de mudanças na sociedade nacional.

Malgrado esses distanciamentos, os acontecimentos no Haiti tiveram uma ampla repercussão por aqui, bem para além do impacto no tráfico descrito mais acima. Já nos idos de 1792 um estadista inglês, que se encontrava no Rio de Janeiro, alertava para a mudança

na atitude de muitos escravizados. Para ele, não restava dúvida: tudo isso era fruto das notícias que chegavam acerca da Revolução Francesa e das revoltas dos escravizados em São Domingos (GOMES, 2019).

O antropólogo Luiz Mott, em pesquisas nos arquivos de Portugal, se deparou com várias fontes que atestam a ampla repercussão da Revolução de São Domingos por aqui. Ele assinala a rapidez com que as notícias se propagavam e chegavam ao Brasil escravista. Fazemos uma pequena cronologia dos acontecimentos. A revolução se iniciou em 1791, forçando a França a abolir a escravidão em 1793. Em 1801 Toussaint Louverture se empenha na direção da Constituição e, em 1804, Jean-Jacques Dessalines, ex-cativo natural da Guiné, proclama a Independência, sendo coroado no mês de setembro. Em 1805, na cidade do Rio de Janeiro, “o Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o retrato de Dessalines”. Os envolvidos compunham as fileiras das tropas de milícia do Rio de Janeiro, “onde manobravam habilmente a artilharia” (MOTT, 1988).

Como se observa, a Revolução do Haiti deixou a elite escravocrata brasileira temerosa que o desfecho, no Brasil escravista, fosse o mesmo. Sem embargo, nas regiões onde os proprietários de terra e cativos tiravam maiores proveitos econômicos do movimento antilhano, os temores de uma sublevação escrava foram ainda maiores, como na Bahia, por exemplo. Sendo uma das mais prósperas regiões canavieiras da América oitocentista, sobretudo a região do Recôncavo baiano, local de terra propícia para o plantio e, por consequência, de emprego maciço de mão de obra escrava, as revoltas foram expressivas, tendo início em 1807 e findando em 1835, com a Revolta dos Malês (REIS, 2010). No contexto de uma dessas sublevações, nos idos de 1814, em Itapuã, uma denúncia alertava que os escravizados diziam, sem papas na língua, “de suas revoltas, comentando acontecimentos do Haiti”. Entoavam, na ocasião, dizeres como “Liberdade! Viva os negros e seu rei”, “Morte aos brancos e aos mulatos” (apud: GOMES, p. 135).

Outros movimentos políticos coevos também despertavam os alertas de uma “segunda São Domingos”, como a Revolução de 1817, em Pernambuco, e também nos processos independentistas, que eram temidos pela ampliação da participação de escravizados - africanos e crioulos - e de libertos nos debates políticos que se disseminavam pelas boticas e pelas ruas do Brasil afora. Na Confederação do Equador (1824) não foi diferente. A população urbana de Recife era, em sua maioria, negra, e as ameaças de saques às lojas de portugueses assustavam membros da elite local e comerciantes. A agitação era grande. Em uma de suas áreas de influência, na vila de Laranjeiras, em Sergipe, pasquins foram colados nas portas de locais centrais endossando uma revolta contra a elite branca: “Vivam mulatos e negros. Morram os marotos e caiados” (GOMES, 2019).

Marco Morel (2017) ressalta que a recepção da Revolução Haitiana favoreceu o aparecimento, na década de 1830, do neologismo “haitianismo”, utilizado sempre em tom acusatório, sobretudo na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo incorporado ao léxico político do Brasil Império. Muitas das utilizações do neologismo eram para deslegitimar adversário políticos, uma vez que compreendia aquele que incitava a rebelião de escravos para derrubar a ordem social e política vigente, muitas vezes associada ao republicanismo e ao abolicionismo. Apesar de seu uso na imprensa, no Parlamento e em conversas do cotidiano, o termo não consta nos dicionários da época.

Em suma, a Revolução do Haiti teve ampla repercussão no Brasil. Tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico, seus efeitos não podem ser minimizados. Aterrorizando a elite e muitos setores do comércio, encorajando e fazendo parte dos símbolos de resistência à escravidão por libertos e escravizados, favorecendo o fortalecimento do tráfico e das atividades canavieiras e, ao mesmo tempo, tornando essas regiões mais suscetíveis a revoltas, fugas e formação de quilombos, os impactos adentraram o século XIX, o movimento antilhano ingressou com grande força no debate político do Brasil oitocentista.

## **5 CONCLUSÃO**

Sem burgueses e proletários, a Revolução Haitiana não se enquadra entre os enfoques historiográficos principais. Diferente de outras revoluções modernas, os protagonistas foram escravizados e libertos, e o papel da religião foi central. Soma-se a isso sua radicalidade: a única Independência feita, de maneira conjunta, com a abolição da escravatura.

Nada disso a fez constar como parte importante da história universal. Pelo contrário, a Europa setecentista e as elites coloniais não foram capazes de modificar seu olhar em relação ao outro, e o evento antilhano acabou por ocupar um lugar menor na história, muitas vezes associadas a práticas que deveriam somente ser evitadas, pois não tinham nada a contribuir. Na realidade, porém, as noções de liberdade, o pensamento político e a cidadania modernas ficam totalmente esvaziadas sem a Revolução Haitiana, única revolução escrava bem-sucedida, um evento singular da história mundial, que marca o início do processo de abolição da instituição escravista moderna.

A própria história brasileira, com um processo de Independência tão diferente, torna-se quase inteligível sem a referência aos impactos que a Revolução Haitiana trouxe para a principal sociedade escravista das Américas. Mesmo na cabeça de muitos coimbrões que lideraram o processo de Independência, o impacto da Revolução Haitiana os levava a pensar em uma fórmula, ainda que distante, de acabar com a escravidão e, assim, escapar de um fim parecido ao dos colonos franceses. As ligações entre os países seguem vivas. Recentemente, com a pretensão de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil enviou

tropas militares para o Haiti logo após o golpe que depôs o então presidente Jean-Bertrand Aristide, com altos gastos militares – bem maiores que os relativos às causas sociais e humanitárias. O resultado não foi bom, nem para o Haiti e nem para o Brasil. No Haiti, a missão criada pela ONU – denominada Minustah – quando teve sob comando brasileiro, mais especificamente do general Augusto Heleno, invadiu a favela de Cité Soleil, a maior da cidade de Porto Príncipe, e disparou em torno de 22 mil tiros, com elevadíssimo número de mortos (SILVA, 2020). No caso brasileiro, os militares que retornaram da missão se encorajaram a assumir funções na área da segurança pública e, por essa via, (re)ingressaram na vida política do país, com efeitos desastrosos, os quais, na maior parte das vezes, quem mais sofreu com suas ações foi justamente a população negra do país. Mas isso é pano para outra manga.

## BIBLIOGRAFIA

- BARCIA, Manuel. **West African Warfare in Bahia and Cuba: soldiers slaves in the Atlantic World, 1807-1844.** Oxford: Oxford UP, 2014.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades.** Revista Eletrônica da Anphlac, p. 5-15, 2005.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial, 1776-1848.** Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BUCK-MORSS, Susan. **Hegel, Haití y la Historia Universal.** D.F (México): Fondo de Cultura Económica, 2008.
- CESAIRÉ, Aimé. **Toussaint Louverture. La Revolución Francesa y el problema colonial.** Habana: Instituto del Libro, 1967.
- FERREIRA, Maria Thereza Pereira. **A representação da Revolução Haitiana e seus desdobramentos em livros didáticos.** Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOMES, Flávio. "Haitianismo no Brasil". In: **Dicionário da República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOVEJOY, P. **Jihad in West Africa during the Age of Revolution.** Athens: Ohio, 2017
- MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista. O que não deve ser dito.** Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia.** São Paulo: Icone, 1988.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Matriz Haitiana". In: **Dicionário da República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019 a, 220-228.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019 b.
- SILVA, Carlos Leonardo Bahiense. "Mascaramento insincero: a política externa do governo Bolsonaro **ou** Um passeio pelos bosques do cinismo", **Espaço e Economia** [Online], 20, 2020.
- TROUILLOT, Michel Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da História.** Curitiba: Huya, 2016.
- VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.